

Os precursores da interpretação marxista do problema racial

PEDRO CALDAS CHADAREVIAN*

*Quanto menos o branco é inteligente,
mais o negro lhe parece burro.
André Gide, 1927¹*

A questão das minorias merece uma solução política particular, ou deve ser integrada em um objetivo mais amplo de conquistas sociais universais? O funcionamento do racismo obedece a leis específicas de opressão, ou se resume meramente às formas tradicionais de exploração da força de trabalho?

Para entender por que estas questões continuam ainda hoje a dividir as esquerdas, pode ser útil um resgate histórico do posicionamento dos precursores do pensamento marxista em relação ao “problema racial”, e lembrar que o seu reconhecimento foi fruto de um lento e árduo debate no interior do movimento comunista internacional. Processo do qual os movimentos sociais tiveram uma participação central e decisiva. Este recuo de cem anos, ou mais, na história, mostra-se mais do que nunca necessário para que aprendamos com os erros e acertos do debate político e teórico do marxismo diante de uma questão tão delicada. E para que se evite que (mais) esta história se repita como farsa.

Evidentemente que diversas foram as tentativas neste sentido – nós faremos referência aos clássicos da história da relação entre marxismo e a questão nacional.

* Doutor em Economia pela Universidade de Paris, Sorbonne. Endereço eletrônico: caldassp@yahoo.com.br

¹ *Voyage au Congo*. Citado em Jean-Pierre Biondi, Gilles Morin, *Les anticolonialistes (1881-1962)*, Robert Laffont, Paris, 1992, p. 157.

Nossa contribuição pretende, contudo, dar um passo além, e resgatar não apenas o debate sobre o problema nacional, mas sobretudo sobre a questão racial. Como veremos, a fronteira entre “raça” e “nação” nem sempre é claramente distinguível. E se hoje o primeiro conceito parece ter substituído o segundo na retórica da reivindicação dos movimentos das minorias, antes ele carregava uma conotação extremamente pejorativa. Assim, se o nosso objetivo é tirar ensinamentos deste debate para a experiência atual no Brasil, é preciso procurar separar, na medida do possível, “raça” de “nação”. Ou, em outras palavras, separar “opressão racial de grupos sociais minoritários no interior de uma nação”, de “opressão nacional ou colonial com o objetivo explícito de conquistar ou manter um território estrangeiro”. Neste sentido, o debate sobre a questão negra nos será de um interesse particular.

Antes, como hoje, permanece a controvérsia entre a visão conservadora e a visão crítica do problema racial. Enquanto a primeira preconiza a igualdade de oportunidades, a segunda sugere uma intervenção no funcionamento da economia e da sociedade para promover a igualdade. Vale lembrar que, durante boa parte do século XIX e início do século XX, o pensamento econômico liberal (clássico e, em seguida, neoclássico) não escondeu sua simpatia pelo projeto expansionista colonial europeu. Ele buscou, em um primeiro momento, justificar cientificamente a pretensa necessidade de missão civilizatória das potências imperiais no mundo colonial; e, em um segundo momento, os economistas desta corrente não hesitaram em aderir a uma concepção explicitamente racista do funcionamento da sociedade, adotando uma visão (biologicamente) determinística e fatalista das desigualdades raciais no mercado de trabalho. Este mesmo período coincide com a consolidação da crítica da economia política burguesa, à qual se integraria progressivamente a questão nacional, colonial e racial.

Assim, a segunda razão para empreender um tal resgate histórico é exatamente a permanência da ideologia liberal no pensamento econômico, e sua condição hegemônica especialmente em relação à explicação do fenômeno das desigualdades raciais. Agora, mais do que nunca, é importante relembrar a riqueza daquelas contribuições, que podem ajudar a refundar uma teoria marxista do racismo para se contrapor à teoria neoclássica da discriminação.

A teoria neoclássica, diga-se de passagem, apresenta graves dificuldades internas em seu esquema explicativo da discriminação. Não há uma definição clara do fenômeno, nem uma explicação sólida para a manutenção e reprodução das desigualdades salariais entre negros e brancos no mercado de trabalho. Tais deficiências se devem não apenas a problemas de lógica interna, mas também à incapacidade própria ao uso do instrumento neoclássico para analisar os fenômenos da sociedade. Em um plano geral, os pressupostos neoclássicos tais como comportamento racional, concorrência perfeita, retornos marginais decrescentes, e suas hi-

póteses desenvolvidas em particular para analisar a discriminação, caracterizam uma concepção extremamente limitada do funcionamento da economia e pouco apropriadas à análise econômica do problema racial.

A teoria marxista, fundada em outras hipóteses do funcionamento da economia, traz uma importante contribuição para o estudo do problema racial, e permite uma análise mais abrangente do fenômeno da discriminação. Isto se deve a algumas características presentes em seu modelo explicativo. A primeira é a visão holística do funcionamento da economia, ou seja, considera que há uma determinação social, e não individual, dos fenômenos econômicos. Enquanto que na concepção neoclássica o indivíduo precede a sociedade, na teoria marxista a sociedade precede o indivíduo. A segunda característica é o aspecto multidisciplinar de sua análise, levando em conta a história, a política, e as instituições, ao contrário da visão economicista que sobressai na análise neoclássica da discriminação. A terceira é a constatação de que o desenvolvimento das forças de mercado tende a reforçar as contradições que caracterizam o sistema capitalista, as quais os neoclássicos atribuem a fenômenos exógenos e classificam de “imperfeições de mercado”. A quarta razão é que este quadro alternativo fundamenta sua análise do mundo do trabalho em uma teoria da formação e distribuição da riqueza que se contrapõe à concepção marginalista. No centro desta diferença está a oposição entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do valor-utilidade.

Como veremos, as primeiras tentativas de integrar o problema racial à teoria marxista reflete o crescimento dos movimentos nacionalistas em fins do século XIX – como de judeus, irlandeses, negros ou povos coloniais. Movimentos de natureza essencialmente democrático-burgueses, portanto em contradição com os objetivos revolucionários do movimento comunista internacional, mas igualmente em contradição com a postura ideológica de muitos de seus membros, que refletiam a influência da corrente do racismo científico. O tratamento marxista do problema racial ganha, em seguida, um novo impulso nos primeiros congressos da Internacional Comunista que, à iniciativa de Lênin, colocam em pauta a análise do problema das minorias oprimidas em diferentes nações. O “problema nacional”, como passaria a ser conhecido e no qual insere-se também a questão do racismo, surge em um momento histórico preciso, e as diretrizes gerais para a sua interpretação teórica terão influência decisiva na análise em diferentes regiões – das quais não se exclui o Brasil².

² Na realidade, este texto se integra a um projeto de pesquisa muito mais amplo sobre o marxismo e a questão racial no Brasil, no qual analisamos as contribuições do Partido Comunista Brasileiro e do movimento trotskista nacional sobre o tema. Ver Pedro C. Chadarevian, *Des théories du racisme à l'analyse économique actuelle de ses conséquences sur le marché du travail au Brésil*, Tese de doutorado, Université de la Sorbonne, Paris 3, setembro, 2006.

Ao analisar a contribuição dos precursores do marxismo sobre o problema racial, é imprescindível que se tome em conta esses dois elementos. De um lado, sua relação delicada com o movimento nacionalista e o desafio de dar às suas reivindicações uma leitura crítica. De outro lado, a luta permanente contra a ideologia do racismo científico, dentro e fora do movimento comunista. A questão negra, à qual dedicaremos atenção especial, ilustra bem esta problemática. Em um primeiro momento, as análises marxistas que emanavam de Moscou não davam conta da magnitude do problema, reduzindo a opressão racial a uma mera opressão de classe. Posteriormente, no fim dos anos vinte, como resultado de uma série de discussões, a questão do negro passa a ser analisada como uma questão nacional, o que levaria a uma reorientação teórica fundamental na crítica marxista do racismo.

Ainda que o debate dos precursores não tenha resultado em uma concepção paradigmática da análise marxista do racismo – ao contrário, um marxista pode, antes como hoje, adotar uma visão tão plural a este respeito quanto ao próprio caráter da revolução socialista³ –, ainda assim, é importante lembrar que diversos dos conceitos atualmente em uso na visão crítica do problema racial tiveram origem naqueles tempos remotos. Dentre eles, o conceito de opressão racial, de racismo enquanto mecanismo de divisão da classe trabalhadora, e de superexploração de trabalhadores de minorias raciais. Esperamos que, ao resgatar o percurso da formação desta visão crítica, destacando sua riqueza e seus limites, possamos fornecer elementos adicionais para atualizar o tratamento marxista de um problema cuja manifestação continua a afetar uma parcela considerável da população.

Nacionalismo e marxismo

A organização internacional de trabalhadores e de seus representantes – políticos ou sindicalistas – tem origem na segunda metade do século XIX, quando Marx ajuda a fundar o que passaria a ser conhecido como a I Internacional. Porém, a repressão que se segue à derrota da Comuna de Paris em 1871, e fortes disputas internas – entre comunistas e anarquistas, principalmente – diminuem sua importância até sua desativação em 1874. Uma segunda tentativa, mais duradoura, de reunir a classe trabalhadora sob uma única bandeira, foi a II Internacional. Esta passa, desde início, ao controle da corrente reformista, deixando descontentes as correntes mais radicais, como a esquerda marxista e os anarquistas. Com o êxito bolchevique em 1917, o movimento comunista europeu decide romper com a organização existente e fundar a sua própria Internacional, a terceira,

³ É o que parece indicar, aliás, a atual reticência de setores da esquerda marxista brasileira em seu posicionamento diante do projeto de adoção de políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho.

sob a liderança de Lênin, em 1919. Inicialmente com uma estrutura reduzida e de baixa repercussão, a III Internacional passa a ganhar força a partir de meados dos anos 1920, quando a maioria dos países no mundo já possuía um partido comunista (marxista-leninista)⁴.

A III Internacional se organizava por meio de plenárias e congressos nos quais eram chamados a participar representantes dos partidos comunistas de todo o mundo, e que eram divididos em áreas temáticas. Os congressos tinham por objetivo não apenas a reflexão sobre os problemas políticos e econômicos mundiais, como também votavam resoluções práticas que determinavam as diretrizes de atuação para o movimento comunista nos diferentes países.

Foram realizados sete congressos entre 1919 e 1935, sendo que os cinco primeiros foram coordenados por Lênin, enquanto que os dois últimos estiveram sob o comando de Stalin, que reduziria seu caráter democrático e terminaria mais tarde determinando o encerramento das seções da III Internacional. De qualquer forma, no período de sua vigência, a Internacional Comunista (IC) produziu uma série de debates, documentos, análises e resoluções, que possibilitam detalhar o surgimento e o desenvolvimento de teses ligadas à classe trabalhadora mundial. Dentre estas teses, a questão racial viria a ter, por iniciativa de Lênin, um papel central.

Em 1919, Lênin, além de consagrado internacionalmente pelos feitos militares e políticos em território russo, já possuía uma importante obra econômica e política, e é aceito com naturalidade como o líder da nova Internacional. Não é de se estranhar, portanto, que, no centro dos debates, aparecesse a questão do imperialismo, conceito fundamental da obra leninista. Em sua concepção, o capitalismo se constituía em um sistema cuja base econômica e política não poderiam ser dissociadas. Assim, se na base econômica encontravam-se as grandes corporações internacionais que em sua expansão territorial produziam os lucros necessários para a manutenção do sistema, na base política produzia-se a legitimação necessária, por meio de acordos internacionais ou guerras.

Diretamente subordinada à problemática do imperialismo de Lênin, aparece a questão das minorias e nacionalidades oprimidas, ou simplesmente, a *questão nacional*. Em sua obra, o autor mostra-se extremamente crítico com relação à anexação de territórios pelas principais potências imperiais – um processo que atinge seu ápice na virada do século XX e que determinaria em boa medida o confronto

⁴ O impacto político internacional da revolução russa é surpreendente, e um exemplo disso é a expansão de seus ideais na América Latina. Se em 1920 apenas o México contava com uma seção da Internacional Comunista, em 1928 praticamente todos os países latino-americanos já possuíam uma, à exceção da Nicarágua e do Paraguai, fundadas tardiamente na década seguinte.

da I Guerra Mundial. Terminada a guerra, todas as grandes potências possuíam ao menos um território ultramar, consolidando a fase posteriormente definida como neocolonialismo, e que tinha como legitimação teórica o racismo científico. Lênin, por sua vez, considera ilegítimo este processo de anexação de outras nações, e procura desmascarar o objetivo puramente econômico das potenciais imperialistas, especialmente a Inglaterra e, em seguida, os Estados Unidos.

Na realidade, o momento histórico preciso em que o autor produz estas reflexões ficaria marcado pela desintegração progressiva de três dos antigos impérios europeus: o Austro-Húngaro, o Otomano e o Russo. Ao longo do século XIX, no interior destes impérios, se produzem diversas manifestações políticas de reivindicação nacional. Assim, poloneses e judeus reivindicam maior participação na estrutura política dos impérios russo e austro-húngaro, bem como da Prússia. Em 1880, Theodor Herzl funda o movimento sionista judeu e, a partir de então, diversos congressos (ou *Bunds*) são organizados para debater a situação dos judeus na Europa. A questão armênia no império otomano já aparece com razoável importância desde a década de 1870. O Congresso de Berlim, em 1878, que entre outros pontos trata da situação na província da Armênia, impõe severas restrições ao Império Otomano, obrigando-o a outorgar autonomia às províncias da Sérvia, Romênia e Bulgária. No império russo, por sua vez, as províncias da Finlândia e da Estônia passam a exigir, em fins do século XIX, maior autonomia que lhes vinha sendo negada pelo último czar⁵.

De um ponto de vista ideológico, o nacionalismo tendia a aproximar-se do pensamento liberal burguês, que exigia meramente maior participação política, ou a independência, mas sem evocar a “libertação dos trabalhadores”. Nesta situação encontravam-se, entre outros, os movimentos nacionalistas irlandês, basco e negro estadunidense⁶. Mas, desde logo, uma radicalização torna-se possível com a associação dos nacionalistas às correntes socialistas daquela época. Assim, em um curto espaço de tempo – na última década do século XIX – são fundados partidos socialistas na Armênia e na Polônia, bem como movimentos políticos na Finlândia e na atual República Tcheca, cujo objetivo era contestar a dominação política exercida pelos impérios aos que estavam subordinados.

A repercussão das reivindicações nacionais de minorias oprimidas começa a sentir-se entre os pensadores marxistas, após Marx e Engels haverem-se referido

⁵ Sobre o nacionalismo nos países bálticos, ver E. A. Jansen, “On the economic and social determination of the Estonian national movement”. In: *National movements in the Baltic countries during the 19th century*, University of Stockholm, 1983.

⁶ Ver Eric J. Hobsbawm, *A era dos impérios. 1875-1914*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2003; e P. Cabanel, *La question nationale au XIX^e siècle*, La Découverte, Paris, 1997.

em seus escritos às questões alsaciana, polonesa e irlandesa⁷. O engajamento destes autores com relação à questão nacional remonta ao contexto conturbado que marcou o período das revoluções européias de 1848⁸. É nesta época que aparece a primeira “publicação marxista”, a *Neue Rheinische Zeitung*. Sob direção de Marx, e com razoável sucesso editorial, o jornal destaca em diferentes ocasiões as lutas que eclodem nas periferias de dois dos grandes impérios europeus: o russo e o austríaco. Assim, Engels aponta o caráter radical da revolução polonesa, na medida em que permite a desestruturação do regime aristocrático, feudal, imposto pelos monarcas desde São Petersburgo⁹. O mesmo Engels adota raciocínio semelhante ao analisar o caráter do levantamento da minoria húngara, meses depois¹⁰. O aspecto central de sua crítica nestes é a falta de legitimidade do poder autocrático em submeter povos cultural e linguisticamente diferentes. Começa-se assim a esboçar a noção do direito de independência dos povos oprimidos, que entraria na agenda política marxista décadas depois.

De fato, já nos primeiros debates a I Internacional inclui à ordem do dia a questão do “direito dos povos à autodeterminação”¹¹. Ao mesmo tempo, acompanhava-se com interesse os desdobramentos da guerra civil americana (1861-1865), considerado um combate para libertar uma “raça subordinada”: a raça negra¹². Em um comunicado dirigido aos vencedores do conflito, os internacionalistas exprimem sua preocupação com o futuro dos negros norte-americanos, e parecem antecipar o papel central que ocuparia a questão racial a partir de então naquele país:

Dado que a injustiça com uma parte de seu povo produziu resultados tão nefastos, façam com que ela cesse. Façam com que seus cidadãos de hoje sejam proclamados livres e iguais, sem restrições. Se vocês falharem em lhes dar os direitos de cidadãos, exigindo deles ao mesmo tempo os deveres de

⁷ Consultar Georges Haupt, Michaël Löwy, Claudie Weill, *Les marxistes et la question nationale. 1848-1914*, L'Harmattan, Paris, 1997.

⁸ Convém aqui mencionar o erro comum em se associar o ensaio filosófico de Marx sobre a questão judia a uma análise da questão racial. Muitos chegaram inclusive a enxergar nesta crítica à religião judaica e ao seu caráter alienador, os fundamentos de um possível viés anti-semita na leitura do jovem Marx sobre a sociedade européia daquela época. Um exemplo desta visão distorcida se encontra em Jean Elleinstein, *Marx. Sa vie, son œuvre*, Fayard, Paris, 1981.

⁹ Friedrich Engels, “Nouveau partage de la Pologne”, 08/06/1848. In: Karl Marx, Friedrich Engels, *La Nouvelle Gazette Rhénane (Neue Rheinische Zeitung)*, vol. I, Paris, Editions Sociales, 1963.

¹⁰ Friedrich Engels, “De la lutte des Magyars par la Kölnische Zeitung”, op. cit., vol III.

¹¹ *Documents de la Première Internationale. Le Conseil Général de la Première Internationale, 1864-1866. La Conférence de Londres, 1965*. Editions du Progrès, Moscou, 1972.

¹² *Idem*, p. 41.

cidadãos, continuará existindo uma causa de conflito para o futuro, que pode novamente manchar seu país com o sangue de seu próprio povo¹³.

Como se sabe, os clamores da I Internacional não são escutados, e termina-se por fazer importantes concessões aos sulistas, que limitam ao máximo os direitos dos negros daquela região ao instaurar um regime segregacionista durante várias décadas. O que mais surpreende na sequência dos acontecimentos, contudo, é o posicionamento ambíguo que adotará a primeira organização de trabalhadores dos EUA diante do problema do negro. Assim, as declarações de W. Sylvis, pioneiro do sindicalismo nacional norte-americano, ao mesmo tempo em que dão conta de um combate pela igualdade de salários entre homens, mulheres e negros, deixam entrever uma clara tendência em classificar estes últimos como trabalhadores menos capazes que os primeiros¹⁴.

Paralelamente, como dizíamos, a questão das “nações oprimidas” continua no centro dos debates da I Internacional. No Congresso de Genebra de 1866, é adotada uma resolução sobre a questão polonesa que daria o tom para análises subseqüentes:

Dado que a Associação Internacional dos Trabalhadores assume a tarefa de emancipar a classe trabalhadora de todos os países e, portanto, de lutar contra todo poder opressivo e realizar a igualdade de todos os homens de todas as nações, incluída nesta tarefa está a eliminação da influência imperialista da Rússia e da reconstrução de uma Polônia social-democrática¹⁵.

Nota-se assim que, por iniciativa de Marx e Engels, a questão nacional toma uma importância central nestes primeiros momentos de formação do pensamento crítico. Contudo, não se pode deixar de notar a ausência de tratamento diante do colonialismo europeu, que começava a esboçar, a partir de 1830, uma segunda onda de expansão.

A análise do problema nacional é retomada, alguns anos mais tarde, por meio do debate que se desenvolve entre membros dos partidos social-democratas austríaco e alemão, especialmente por W. Liebnecht, K. Kautsky, O. Bauer e R. Luxemburgo. A II Internacional (1889), de tendência essencialmente socialista democrática, contudo, não é capaz de tomar uma posição clara em relação às

¹³ “Au peuple des Etats-Unis d’Amérique”. In: *Documents de la Première Internationale...*, op. cit., p. 265.

¹⁴ Consultar “Documents sur les premières années du combat pour un parti ouvrier aux Etats-Unis”, *Cahiers du CERMTRI*, n. 82, outubro, 1996.

¹⁵ Citado por Henryk Katz, *The emancipation of labour. A history of the First International*, Greenwood Press, Londres, p. 18.

questões nacional e colonial, e evita adotar resoluções críticas a respeito da política colonialista européia, no exato momento em que Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Rússia expandiam suas fronteiras em direção à África e à Ásia¹⁶.

O ponto mais polêmico em questão era se o crescimento do nacionalismo não traria uma divisão na classe trabalhadora, pondo em risco o movimento internacionalista em curso e desviando o foco das lutas internas nos estados multinacionais da Europa do século XIX. Porém, visto que o nosso objetivo nesta seção é investigar a formação de uma teoria marxista do problema étnico-racial, deixaremos de lado as divergências e hesitações no posicionamento político, e assinalaremos como importantes lideranças do movimento, reclamando-se do marxismo, esboçam uma primeira tentativa de abordagem crítica do problema.

Muito cedo percebeu-se que o imperialismo subjugava culturas diferentes sob o pretexto de inferioridade racial, mas com o objetivo na realidade de tirar destes povos proveito econômico. Belfort Bax, dirigente socialista na Grã Bretanha, denuncia, desde 1885, a pilhagem e a exploração nas novas colônias dos impérios europeus, cujo único objetivo era criar novos exércitos de reserva e baratear os custos de produção, impondo o que o autor chama de “monopólio racial”¹⁷. Kautsky, em 1887, procura mostrar como, na origem dos antagonismos nacionais, estão os antagonismos econômicos, tomando como exemplo a Irlanda, que o autor classifica de colônia inglesa¹⁸. Seguindo esta mesma lógica, Rosa Luxemburgo, que escreve longamente sobre o tema em 1896, defende que o problema nacional está subordinado à estrutura econômica, e que, portanto, a eliminação das contradições de classe leva naturalmente ao fim da opressão de minorias nacionais e coloniais¹⁹. Criticavam-se, até então, os que buscavam uma solução política (a independência, ou “o direito de autodeterminação”), para um problema que era visto como essencialmente econômico (o racismo, a colonização, a opressão das minorias nacionais).

Bauer, por sua vez, dá talvez o passo mais importante na tentativa de teorizar, a partir de uma releitura de *O Capital*, o problema das nacionalidades oprimidas. O autor se baseia em um caso específico, o dos tchecos na província da Boêmia do império austro-húngaro (atuais repúblicas Tcheca e Eslovaca) e a sua subordinação a uma elite de origem alemã. Em sua análise, Bauer observa que, invariavel-

¹⁶ Ver Claudie Weill, *L'Internationale et l'autre. Les relations inter-ethniques dans la II^e Internationale: discussions et débats*, Arcantère, Paris, 1987.

¹⁷ Ernest Belfort Bax, “Imperialism v. Socialism”, *Religion of socialism*, Freeport, New York, 1972 [1885].

¹⁸ Karl Kautsky, “La nationalité moderne”. In: Georges Haupt, Michael Löwy, Claudie Weill, *Les marxistes et la question nationale*, op. cit.

¹⁹ Rosa Luxemburgo, *The national question – Selected writings*, Monthly Review Press, New York, 1976.

mente, a burguesia daquela região é composta por alemães, enquanto que a maioria da população tcheca não consegue ascender a esta classe:

Há em todas as partes um antagonismo evidente entre a burguesia e as outras classes da população. Nas regiões tchecas [do império austro-húngaro], aonde o capitalismo era alemão, enquanto que a pequena burguesia, os operários e os camponeses eram tchecos, este antagonismo social tinha necessariamente de assumir a forma particular de antagonismo nacional²⁰.

Após mostrar as raízes históricas na formação de tal hierarquização racial, o autor passa a descrever como seus mecanismos de reprodução estão associados à lógica de acumulação do capital. A dominação econômica da nação tcheca por uma minoria alemã se manifesta basicamente por meio de dois mecanismos: as trocas ilegais entre regiões tchecas agrícolas e regiões alemãs industriais, e a superexploração da força de trabalho tcheca. No primeiro mecanismo, há uma transferência da mais-valia produzida na região tcheca, onde a composição orgânica do capital é menor, para as mãos dos capitalistas alemães das regiões mais dinâmicas. No segundo mecanismo, o imigrante tcheco, que chega às grandes cidades em busca de trabalho, acaba por promover uma queda nos salários médios da indústria. O quadro analítico que desenvolve Bauer viria a influenciar de forma determinante a teoria marxista do racismo, sobretudo nos conceitos de racismo como divisor da classe trabalhadora, superexploração de minorias, e “etnização” da força de trabalho.

A questão nacional, colonial e racial na III Internacional (1919-1943)

A questão nacional e colonial ocupa um lugar central na obra de Lênin. Entretanto, em suas primeiras análises, quando membro do partido russo social democrata dos trabalhadores, o autor prefere não adotar uma posição radical, respeitando o direito de autodeterminação “dentro de um estado” multinacional, e, dependendo do caso, de independência política irrestrita para as nações. O nacionalismo crescente em regiões periféricas dos impérios europeus – Lênin faz referências explícitas aos armênios, finlandeses e poloneses – é encarado pelo autor como um fenômeno que ameaça a unidade da classe trabalhadora mundial, posição que manteria até 1913²¹. Até então, o apoio dos marxistas russos aos movi-

²⁰ Otto Bauer, *La question des nationalités et la social-démocratie*, Arcantère Éditions, Paris, 1987[1906], p. 262.

²¹ Dentre as primeiras referências deste autor sobre o problema estão os artigos: “The protest of the Finish people”, “The national question in our programme” e “Critical

mentos nacionalistas era condicionado ao seu caráter democrático e, sobretudo, ao benefício que ele traria à classe trabalhadora²².

A partir de 1914, Lênin esclarece sua posição em relação às nacionalidades oprimidas, defendendo a autonomia política como solução, ou a *autodeterminação dos povos*, sempre que a opressão fosse originada por um país mais poderoso. O autor aponta para a necessidade de se distinguir entre dependência política e dependência econômica. No primeiro caso, considera que as lutas nacionalistas são uma consequência mais ou menos inevitável, e uma manifestação legítima dos oprimidos. No segundo caso, trata-se da subordinação à qual as economias da quase totalidade dos países se encontram em face do “capital financeiro imperialista”, e a sua superação exigiria uma série de condições econômicas (a revolução burguesa) e políticas (o grau desenvolvimento da luta de classes) em cada nação. Conseqüentemente, surge outra tese que se tornaria central em discussões na IC: o apoio do movimento comunista à burguesia nacionalista nesses países – inclusive à burguesia negra²³.

Assim, já no 1º Congresso da IC, em 1919, uma das teses colocadas em discussão por Lênin é a falsa promessa de igualdade racial, religiosa e sexual das democracias burguesas. Um pouco mais tarde, Lênin volta à questão em texto elaborado para o 2º Congresso da IC, em 1920, no qual inclui entre os problemas nacionais mais sensíveis o dos judeus, dos irlandeses, dos alsacianos, das colônias, e dos negros nos EUA. Estes seriam exemplos de povos “dependentes” e “subordinados”, e que deveriam ter direito a formar sua própria nação²⁴.

As investigações de Lênin sobre o capitalismo estadunidense, nas vésperas da revolução de outubro, levam o autor a observar que um dos aspectos mais contraditórios daquele país é a condição em que se encontrava a minoria negra de sua população. Concentrados, à época, quase que exclusivamente no sul agrário, onde predominava a grande propriedade, os negros estavam submetidos a um regime de trabalho particularmente prejudicial, sem acesso à propriedade da terra. O autor explica tal situação como uma sobrevivência econômica do escravismo, carac-

remarks on the national question”, publicados originalmente em 1901, 1903 e 1913. Vladimir I. Lênin, *Lenin Collected Works*, vol. 5 e 6, Foreign Language Publishing House, Moscou, 1961.

²² Joseph Staline, *Le marxisme et la question nationale*, Editions du Centenaire, Paris, 1974 [1913].

²³ Vladimir I. Lênine, *Du droit des nations à disposer d'elles mêmes*, Éditions Sociales, Paris, 1973[1914].

²⁴ Vladimir I. Lênin, “Preliminary draft of theses on the national and colonial questions for the Second Congress of the Communist International”, op. cit., pp. 234-235.

terizando a região sul dos EUA como semifeudal, na qual os negros são oprimidos pela burguesia branca:

As sobrevivências econômicas da escravidão não se distinguem absolutamente em nada daquelas do feudalismo e são ainda muito fortes, até hoje, no sul anteriormente escravista dos Estados Unidos. [...] A proporção de negros é de 10,7% para o total dos Estados Unidos. É inútil discorrer sobre a situação degradante à qual eles estão submetidos: neste aspecto, a burguesia americana não é melhor que a de outros países. Após ter « libertado » os negros, ela se esforçou, tomando por base o capitalismo « livre » e republicano-democrático, por fazer o possível e o impossível para oprimir os negros da maneira mais vil e escandalosa²⁵.

Lênin rapidamente se daria conta da importância política dos negros nos Estados Unidos, antecipando em suas reivindicações e em sua organização um elemento fundamental para a luta de classes e para a crítica anti-sistêmica naquele país. Como resultado, alusões à questão negra passam a ser realizadas logo no segundo congresso da Internacional Comunista, em 1920. John Reed, do comitê executivo da IC, afirma, nesta época, que os Estados Unidos estariam construindo um império colonial, incluindo entre seus domínios países centro-americanos, as Filipinas, e os negros do sul norte-americano²⁶.

No terceiro congresso (1921), destaca-se a participação do delegado sul-africano David Ivon Jones, que chama a atenção para um trabalho exclusivo em relação à questão negra. O autor publicaria artigos na revista da IC sobre o assunto, buscando caracterizar pela primeira vez o racismo contra o negro como um problema mundial e um fenômeno que deve ser analisado separadamente da questão de classe:

A importância da questão negra foi constatada pelos congressos comunistas internacionais. Esta questão assume uma gravidade especial, quando os ódios de raça se manifestam entre trabalhadores brancos e negros. (...) Só se poderá combater o capital em certos países quando o ódio racial for apaziguado. Além disso, este ódio pode sobreviver ao capitalismo. [...] Na América

²⁵ V. Lênine, *Nouvelles données sur les lois du développement du capitalisme dans l'agriculture*, Œuvres, volume 22, Editions Sociales, Paris, 1960 [1915].

²⁶ Declaração feita no I Congresso dos Povos do Oriente (1920). In: Enrica C. Pischel, Chiara Robertazzi, *L'Internationale Communiste et les problèmes coloniaux – 1919-1935*, Mouton, Paris, 1968, p. 46.

[os negros] formam um décimo da população. Na África do Sul, eles são muito mais numerosos que os brancos e representam por vezes uma séria concorrência. Mas não existe uma burguesia autóctone. Em geral, os negros fornecem apenas a mão de obra desqualificada. [...] Negros e brancos trabalham juntos mas com especialidades diferentes, de modo que o branco considera o negro como seu inferior. Esta hostilidade vem do temor de ver o negro se elevar ao trabalho qualificado e de abarcá-lo²⁷.

Estes primeiros esboços sobre o problema racial eram vivamente discutidos com os representantes nas seções da IC que, em seu 4^o Congresso, em 1923, produziria um primeiro documento importante sobre a questão negra, as “Teses sobre a questão negra”²⁸. A análise em questão ressalta que os povos negros se encontram em condição subordinada nos diversos continentes em que se estabeleceram: na África são oprimidos pelo imperialismo colonial europeu, nos EUA, pelo capital financeiro. Dado o papel importante dos negros estadunidenses na economia e na política daquele país, estes eram vistos como na vanguarda da luta contra a opressão racial. Opressão que tem por base o próprio sistema capitalista, gerando desigualdade social, política e salarial:

É com grande prazer que a Internacional Comunista vê os operários negros explorados resistirem aos ataques dos exploradores, pois o inimigo da raça negra é também inimigo dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo²⁹.

Até então não se distinguia na análise marxista da IC, contudo, um mecanismo específico que explicasse a condição subordinada dos negros na sociedade. Reconhecia-se que os negros eram vítimas do sistema capitalista tanto quanto os trabalhadores brancos. A partir do 6^o Congresso, em 1928, uma nova interpretação do problema vem à luz. A análise elaborada divide a população negra em

²⁷ David Ivon Jones, “Les nègres dans le mouvement prolétarien”, *La Correspondance Internationale*, n^o 22, 24/12/1921. O mesmo autor publicaria em seguida o artigo “American imperialism and the Negro”, na edição inglesa da revista de junho de 1922.

²⁸ O documento é fruto do trabalho de uma comissão especial para a questão negra, organizada durante o quarto congresso, e que contou com a participação de dois membros do movimento negro dos EUA, O. Huiswood e C. McKay, de acordo com Cedric J. Robinson, *Black Marxism. The making of the black radical tradition*, Zed Books, New Jersey, 1991 [1983].

²⁹ “Thèses sur la question nègre”. In : *Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers congrès de l’Internationale Communiste, 1919-1923*, Bibliothèque Communiste, Paris, 1984, p. 184.

quatro regiões no mundo, aonde ela exigiria uma atenção especial: nos EUA e na América do Sul os negros constituem um importante contingente, ainda que representem uma minoria; na África do Sul, são maioria face aos brancos; a Libéria, Haiti e República Dominicana são “Estados negros”; e a África Central está dividida entre as potências imperialistas. A opressão da raça negra passa assim a ser considerada em um documento oficial da organização comunista como um fenômeno mundial:

A raça negra em todo lugar é uma raça oprimida. Sejam eles uma minoria (EUA, etc.), maioria (África do Sul), ou habitantes em um chamado estado independente (Libéria), os negros são oprimidos pelo imperialismo. Portanto, estabelece-se um vínculo comum de interesse na luta revolucionária de libertação racial e nacional da dominação imperialista dos negros em várias partes do mundo³⁰.

Com relação à situação nos EUA, associava-se a condição subordinada dos negros à sua concentração na região agrícola do sul “semi-feudal”, bem como ao sistema de dominação institucionalizado naquele país que resultava na sua segregação social e política.

O esforço teórico destes precursores somado ao crescimento do movimento negro no mundo (que somente nos EUA contava com centenas de milhares de membros à época), faz com que a questão negra alcance um lugar de destaque na análise marxista. Esta reviravolta, que determinaria a visão crítica da questão racial nas próximas décadas, culmina com as resoluções adotadas no sexto congresso da IC, no qual define-se a minoria negra nos EUA como uma nacionalidade oprimida. Como consequência, passa-se a aplicar às populações negras (mas também aos indígenas) a mesma política do direito à autodeterminação que vinha sendo adotado às demais nacionalidades oprimidas.

De início, esta resolução causa uma certa confusão, levando os comunistas nos EUA a reivindicar, momentaneamente, a criação de uma república negra soviética nos estados do sul³¹. Apesar disto, ela foi importante, de um lado, para superar a omissão no tratamento da questão racial em diversos países comunistas de países centrais (não apenas no CPUSA, como também nos PC inglês, francês e

³⁰ Texto da resolução sobre a questão negra do 6º Congresso da III IC, em Jane Degrens (ed.), *The Communist International, 1919-1943. Documents*, Oxford University Press, Londres, 1960.

³¹ Ver Harry Haywood, *Black bolshevik: autobiography of an Afro-American communist*, Lakeview Press, 1978.

português). De outro lado, a política atingiu amplamente seu objetivo, ao menos nos EUA, atraindo milhares de membros afro-americanos para seus quadros³².

Repercussões teóricas no pensamento marxista: Gramsci e Mariátegui

Gramsci e Mariátegui têm em comum o fato de serem fundadores de partidos comunistas em seus respectivos países – o da Itália em 1921, e o do Peru em 1928. Têm também em comum a vida breve, com uma vasta obra escrita na juventude, nos anos vinte e trinta. Vida breve em parte marcada por perseguições políticas de que foram ambos vítimas, tanto à direita, como à esquerda. As semelhanças poderiam parar aí, já que os movimentos políticos por eles lançados alcançaram resultados distintos: se o PCP atuaria sempre à margem da política peruana, o PCI se tornaria o maior partido comunista do ocidente. Porém, há um ponto de convergência fundamental na obra destes autores que é preciso relembrar: o tratamento teórico da questão dos povos oprimidos em seus países.

Na Itália dos anos 1920, o crescimento do fascismo leva a uma rápida propagação das idéias do “racismo científico”, que estigmatizava os povos do sul e das ilhas italianas (Sicília e Sardenha) como biologicamente inferiores, justificando assim a sua pobreza. Gramsci critica este tipo de raciocínio, que contaminava inclusive setores da esquerda italiana, e procura mostrar que a pobreza dos povos do sul tem uma explicação muito mais complexa, historicamente determinada, e associada à forma de desenvolvimento das forças capitalistas naquele país.

A questão do sul italiano, ou *mezzogiorno*, de onde é originário Gramsci (nascido na Sardenha), está, explica o autor, intimamente relacionada com as desigualdades regionais que caracterizavam a industrialização naquele país. Enquanto o norte concentrava as principais unidades produtivas industriais, o sul se mantinha predominantemente agrícola. Como resultado, o norte reduzia o *mezzogiorno* à condição de colônia, numa lógica de trocas desiguais. Dando continuidade à sua análise, Gramsci aponta para a importância de se compreender as estruturas sociais da região subdesenvolvida, mostrando que a dimensão ideológica tem um lugar central na propagação da condição miserável dos camponeses. Em particular, os intelectuais da pequena burguesia do sul italiano faziam a mediação que permitia legitimar a dominação dos camponeses pelos grandes proprietários de terra da região.

³² Sobre o impacto teórico e político da reviravolta no tratamento da questão racial pelo partido comunista norte-americano, o CPUSA, ver Oscar Berland, “The Emergence of the Communist Perspective on the “Negro Question” in America: 1919-1931 (Part Two)”, *Science & Society*, vol. 64, n° 2, 2000; Andor Skotnes, “The Communist Party, anti-racism, and the freedom movement: Baltimore, 1930-1934”, *Science & Society*, vol. 60, n° 2, 1996.

Os camponeses do sul estão subordinados ao grande proprietário de terra através da mediação do intelectual. Os movimentos camponeses, enquanto não tomarem a forma de organizações de massa autônomas e independentes [...] terminarão sempre por encontrar um lugar nas articulações ordinárias do aparelho do Estado [...]. Este processo ocorre por meio da composição e decomposição de partidos locais, cujo pessoal é formado por intelectuais, mas os quais são controlados pelos grandes proprietários de terra e seus agentes [...]³³.

Mariátegui, por sua vez, procura aplicar a teoria marxista para realizar uma crítica da condição na qual viviam os indígenas do Peru. O autor dialogava igualmente com as correntes do racismo científico, também muito fortes à época no Peru como em toda a América Latina, e que buscavam reduzir a questão indígena a uma mera questão étnica.

A suposição que o problema indígena é um problema étnico, se nutre do mais envelhecido repertório de idéias imperialistas. O conceito das raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. Esperar a emancipação indígena de um ativo cruzamento da raça aborígine com imigrantes brancos, é uma ingenuidade anti-sociológica, concebível somente na mente rudimentar de um importador de carneiros merinos³⁴.

O Peru, nos anos vinte, era um país agrário, que possuía na base de sua mão-de-obra o trabalho do indígena, muitas vezes preso a relações de trabalho de tipo feudais, segundo o autor. Esta argumentação estava claramente inspirada nas teses de Lênin sobre a questão do negro nos EUA e sobre a América Latina. Esta era vista como uma região “semi-colonial”, onde prevaleciam estruturas econômicas pré-capitalistas, cuja burguesia rural era a principal beneficiária, impedindo o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a chave para se compreender a miséria das massas indígenas, estaria nas estruturas econômicas semi-feudais do Peru do início do século XX.

Mais especificamente, Mariátegui se referia a uma forma de organização econômica da agricultura peruana na qual o grande proprietário de terras detinha poderes equivalentes a um “senhor feudal”, mantendo o trabalhador indígena em um regime próximo ao da servidão. Como solução para este problema, o autor defende uma reforma agrária “democrático-burguesa-liberal”, o que possibilitaria

³³ Antonio Gramsci, “Some aspects of the southern question”, *Selections from political writings (1921-1926)*, Lawrence and Wishart, Londres, 1978 [1926].

³⁴ José Carlos Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Biblioteca Amauta, Lima, Peru, 2002 [1928], p. 40.

a reorganização da produção em um sistema racional capitalista, e diminuiria a exploração sofrida pelo indígena.

Todas as teses sobre o problema indígena que ignoram sua origem econômico-social, são outros tantos estéreis exercícios teóricos, – e às vezes apenas verbais –, condenados a um absoluto descrédito [...] A crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca suas causas na economia do país e não em seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem em sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais e morais. A questão indígena arranca de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra³⁵.

Em um contexto de ascensão do fascismo no mundo – e no qual poucas eram as vozes que se levantavam contra o predomínio teórico do racismo científico na academia e na política –, não se pode deixar de destacar as contribuições de Gramsci e Mariátegui, no sentido de avaliar o problema racial como um fenômeno historicamente determinado e associado às estruturas sociais e econômicas de cada país. Esta visão, ainda que limitada teoricamente, e às vezes reducionista, era bastante progressista para a época e conhecia, como veremos em seguida, uma forte resistência no próprio movimento comunista internacional.

Apesar dos esforços de Lênin, Gramsci, Mariátegui, entre outros, em formular e aplicar o quadro teórico marxista para a questão étnica, nacional e colonial, uma série de conflitos e resistências internas no movimento comunista de diversos países em adotar uma posição progressista devem ser aqui lembrados. Esta resistência em aplicar as determinações teóricas e políticas de Moscou gerou, de um lado, uma crise que terminaria com a expulsão de diversos líderes dos partidos comunistas dos países em questão; de outro lado, provocou um atraso na avaliação teórica e na atuação política sobre a questão racial nesses países.

O problema se manifestava especialmente naquelas regiões em que o domínio colonial já se havia consolidado desde algum tempo. Estes eram os casos da Indonésia, definitivamente subordinada ao império colonial holandês em 1830; da Argélia, colônia francesa a partir de 1833; da Índia, possessão britânica desde 1849; e dos territórios portugueses na África.

De uma forma geral, a posição oficial dos PC nestes países era, no mínimo, contraditória. Contraditória com preceitos teóricos do marxismo, mas, sobretudo, com os princípios de integração à III Internacional Comunista³⁶. Evitava-se,

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 35.

³⁶ O oitavo ponto das condições de aceitação na III IC exigia uma posição concreta com relação à questão colonial.

nestes partidos, atacar o colonialismo, chegando mesmo a justificá-lo com o argumento de “missão civilizatória”, incluindo nesta missão o socialismo – ou seja, a independência das colônias só poderia vingar desde que liderada pelo comunismo das metrópoles.

No programa do Partido Comunista Português (PCP) desta época, encontra-se uma boa ilustração da dificuldade em se lidar com a questão das colônias:

A nós comunistas portugueses, não nos pode ser indiferente a sorte dos 44 mil negros de S. Tomé e Príncipe, 200 mil da Guiné, 4 milhões de Angola e 3 milhões e meio de Moçambique, verdadeiros escravos, explorados pela parte mais boçal e inculta da burguesia internacional. [...] É claro que nas nossas colônias africanas [...] um movimento separatista, *dada a incultura das massas negras*, só aproveitaria às burguesias de várias cores que atualmente exploram os nossos territórios coloniais. [...] Devemos [...] conseguir submeter à nossa influência o proletariado europeu trabalhando nas colônias; fazer-lhe nascer um sentimento de fraternal amor por essa *pretalhada ignara*, que ele tantas vezes ajuda a explorar por conta do patrão comum³⁷.

Ainda mais problemático era o posicionamento do PC britânico (CPGB) frente ao maior império colonial do planeta. Um dos choques mais importantes que se produziu foi sem dúvida com o movimento nacionalista da Índia, cuja participação na comissão de análise da questão colonial da executiva da IC só viria a agravar o problema. Segundo relata Marika Sherwood, as inúmeras críticas da IC à direção do CPGB, não surtiram grande efeito, o que explicaria a visão deficiente do problema colonial, em especial a falta absoluta de um trabalho com relação às colônias africanas³⁸.

Porém, o caso que suscitou a maior polêmica no movimento comunista internacional, foi a análise acrítica e chauvinista do PC francês com relação às possessões coloniais de seu país. De acordo com estudo realizado por Danièle Joly, o

³⁷ Conforme artigo de A. Rodrigues, “A questão negra”, publicado no primeiro jornal do PCP, *O Comunista*, nº 21, ano 1, 1924. Para uma investigação específica do problema colonial no PCP, consultar Judith Manyá, “La “question d’Orient” dans l’imaginaire colonial du Parti Communiste Portugais”, *Lusotopie*, 2000.

³⁸ A questão é polêmica. Callaghan argumenta, por sua vez, que se o trabalho com relação às colônias africanas foi de fato irrisório, o CPGB teria sido, por outro lado, um importante aliado no movimento nacionalista na Índia britânica. John Callaghan, “Colonies, racism, the CPGB and the Comintern in the inter-war years”, *Science & Society*, vol. 61, nº 4, 1997-1998; Marika Sherwood, “The Comintern, the CPGB, Colonies and Black Britons, 1920-1938”, *Science & Society*, vol. 60, nº 2, 1996.

PCF seria duramente atacado nos congressos da IC durante os anos 1920 por considerar o mundo colonial atrasado, povoado por nativos geneticamente incapazes de desenvolver-se por si próprios, e por ser contra a diretriz de autodeterminação. Autodeterminação que só seria alcançada, na visão do comunismo francês, com uma revolução socialista *liderada pelos franceses*. Segundo a autora, na origem deste posicionamento do PCF estava a herança do socialismo de Jaurès (ele mesmo um defensor da missão civilizatória francesa nas colônias), o chauvinismo francês e sua ideologia racista, e, enfim, as vantagens que a exploração colonial trazia para a classe trabalhadora da metrópole³⁹. Entretanto, apesar deste posicionamento, que refletia a posição majoritária do partido, uma minoria oriunda das colônias e do movimento negro militou no comunismo francês, e lutou, sem muito sucesso, pelo estabelecimento de uma visão crítica marxista da questão colonial⁴⁰.

Convém lembrar que os partidos comunistas dos países em questão cediam muito pouco espaço a membros oriundos do mundo colonial. Ou seja, eram partidos quase que exclusivamente dominados por brancos. Inclusive o PC dos EUA (CPUSA), ao menos até 1928, cuja representação étnica, bem como sua visão deficiente da questão do negro, foram igualmente alvo de críticas durante as seções da III IC. Contudo, o problema no CPUSA não foi tanto o chauvinismo de suas análises, senão a tentativa de reduzir a questão racial a uma mera questão de classe, explicando a pobreza dos negros pela sua concentração entre os trabalhadores menos qualificados⁴¹.

Conclusões

Três fatores de natureza política devem ser considerados para se compreender a gestação e configuração da crítica marxista-leninista do problema racial de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX.

Em primeiro lugar, observou-se como o marxismo, inicialmente, teve dificuldades em integrar as demandas dos movimentos nacionalistas em seu programa político e, portanto, em seu corpo teórico. O nacionalismo ganha uma nova dimensão no século XIX com reivindicações reformistas, democráticas, de povos e nações oprimidas, cuja liderança se exercia naturalmente por setores próximos, e com o apoio, da burguesia. Após uma longa fase de debates, com destaque para a polêmica entre Luxemburgo e Lênin, passa-se a enxergar nestas reivindicações de-

³⁹ A falta de visão crítica e de posicionamento concreto sobre a questão colonial sobreviveria apesar das imposições da executiva da IC, o que explica em parte a demora do PCF em apoiar a causa da independência na guerra da Argélia (1945-1962). Ver Danièle Joly, *The French Communist Party and the Algerian war*, Macmillan Press, London, 1991.

⁴⁰ Ver Philippe Dewitte, *Les mouvements nègres en France. 1919-1939*, L'Harmattan, Paris, 1985.

⁴¹ Oscar Berland, "The Emergence of the Communist Perspective on the "Negro Question" in America: 1919-1931 (Part One)", *Science & Society*, vol. 63, n° 4, 1999-2000.

mocrático-burguesas, um forte componente revolucionário, capaz de desestabilizar política e socialmente as principais nações capitalistas do mundo. Neste sentido, compreende-se porque foram privilegiadas as questões negra nos EUA e colonial nos países imperialistas europeus, relegando a um segundo plano o problema étnico-racial na América Latina, por exemplo.

Em segundo lugar, vimos a luta travada contra as reticências de origem chauvinista manifestadas por parte dos partidos comunistas, especialmente de países imperialistas, em relação à condição política de suas colônias, mas também na Itália ou EUA contra minorias em seus próprios países.

Enfim, um terceiro fator político de impacto considerável no tratamento marxista sobre a questão racial é a decisão de aplicar o direito de autodeterminação às populações negras do continente americano. Esta decisão estratégica tem um duplo objetivo. De um lado, aproximar-se das demandas dos movimentos nacionalistas negros e indígenas; de outro lado, assinalar às populações negras e indígenas a existência de uma política específica da questão racial nos partidos comunistas.

Tomando-se em consideração a evolução destas articulações políticas no interior do movimento comunista internacional do início do século XX, entende-se melhor como a análise marxista da questão racial passa, em um primeiro momento, pela negação ou ignorância do problema, em seguida para um reducionismo de classe, e, enfim, para avaliá-la como um problema nacional. Dependendo do país, das condições particulares do movimento nacionalista em vigor, e da pressão exercida pelo comitê executivo da III IC, a duração das duas primeiras etapas intermediárias seria mais ou menos longa.

Assim, nos EUA, após uma hesitação inicial, adota-se uma visão crítica inicialmente reducionista para em seguida tratar o problema racial com um fenômeno social que obedece uma lógica específica e merece um tratamento teórico e uma solução política particulares. A condição dos negros era encarada inicialmente como um problema de classe, sujeita aos mesmos mecanismos de exploração que os outros grupos sociais. Com a nova ótica oficial da Internacional Comunista adotada no VI Congresso (1928), que seria aplicada às demais populações negras do mundo, os negros passam a ser vistos como uma população específica, vítimas de opressão racial por parte dos brancos, que se manifesta essencialmente pela discriminação e segregação no mundo do trabalho.

Muitos dos líderes históricos dos principais movimentos de emancipação nacional e de luta contra a opressão racial foram formados exatamente nestes anos de concepção de uma teoria marxista do problema nacional. A libertação dos povos coloniais, e as conquistas sociais das minorias dos países centrais é, em boa parte, fruto das reflexões da época que aqui nós procuramos sintetizar. Reflexões que ajudaram, sem dúvida, a mudar a relação de forças de um combate que parecia, à primeira vista, perdido.